



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000849-64.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **EDNA FERREIRADOS SANTOS CAVALCANTE**
Requerido: **AZUL LINHAS AÉREAS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido duas passagens aéreas para viagem que seria realizada junto à ré, mas cancelou uma delas.

Alegou ainda que o valor que a ré lhe deseja restituir seria muito inferior ao devido, razão pela qual postula que a devolução se faça nos moldes que preconizou.

O documento de fl. 07 demonstra que o valor pago pela autora pela passagem em apreço foi efetivamente de R\$ 404,24, extraído-se da contestação o reconhecimento do seu cancelamento.

Assentadas essas premissas, resta saber se o montante destacado pela ré para a devolução à autora (fl. 18) era devido ou não.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A despeito da previsão para que isso se desse dessa maneira, as cláusulas invocadas pela ré para fundamentar sua posição afiguram-se abusivas por provocarem evidente desequilíbrio entre as partes contratantes e impõem à autora prejuízo em detrimento da ré.

Se a prefixação de perdas e danos cristalizada em cláusula penal ou o cômputo de taxas administrativas se reveste de legalidade, o mesmo não sucede com a previsão em apreço, que implica o dispêndio de montante quase equivalente ao que foi pago pela própria passagem somente em face de seu cancelamento.

Nem se diga que a circunstância da venda à autora ter-se implementado em promoção modificaria o quadro delineado, não sendo apta a explicar a cobrança no nível verificado.

Outrossim, saliento que a responsabilidade da ré está alicerçada no Código de Defesa do Consumidor, verificada a abusividade das cláusulas indicadas na contestação, bem como na necessidade de evitar seu enriquecimento sem causa que teria lugar com o recebimento nos moldes preconizados.

Nesse contexto, a autora faz jus à devolução do que lhe foi exigido, mas essa restituição não se fará nos moldes pleiteados na peça exordial.

A propósito, e preservado o respeito que tributo aos que perfilham entendimento diverso, ressalvo de início que tomo como inaplicável ao caso a regra do art. 740 do Código Civil tendo em vista o seu caráter genérico que não incide especificamente à espécie vertente.

Considerando as peculiaridades do transporte aéreo, sobretudo diante de sua enorme evolução nos últimos tempos entre nós, reputo preferível fixar o que seria passível de cobrança por parte da ré em percentual do que o autor já despendera.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, inclusive, manifestou-se nesse diapasão em caso semelhante:

“CONTRATO - Prestação de serviços – Empresa operadora de turismo - Cláusula penal – Estipulação de perda em até 100% (cem por cento) do valor da passagem em caso de desistência do consumidor - Abusividade caracterizada - Afronta ao artigo 51, § 1º, incisos I e III, do CDC - Fixação no percentual de 10% a 20%, dependendo da época em que for solicitado o cancelamento - Medida que se mostra adequada para o equilíbrio contratual - Recurso da autora parcialmente provido” (TJ-SP, Apelação Cível nº 7 179 757-0 - São Paulo - 17ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. WELLINGTON MAIA DA ROCHA – j. 28 05 08).

Essa orientação aplica-se ao caso dos autos mutatis mutandis, preservando de um lado a ré sem que isso de outro acarrete ônus excessivo à autora, cumprindo registrar ainda a ausência de prova específica dos danos experimentados pela ré em patamar superior ao aludido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Em consequência, tendo a autora solicitado o cancelamento da passagem com mais de um mês de antecedência da viagem (de sorte que poderia a ré vendê-la novamente com tranquilidade), ela deveria pagar à ré dez por cento do que despendera (R\$ 404,24), o que corresponde a R\$ 40,42, fazendo jus assim ao reembolso de R\$ 363,81.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 363,81, acrescida de correção monetária, a partir de janeiro de 2016 (época do cancelamento da passagem), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**